

O lugar do testemunho: o poder de fala dos entrevistados/personagens no livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*

The place of testimony: the power of speech of the interviewees/characters in the book-report *Holocausto Brasileiro*

Walquíria Domingues de Souza¹

Universidade Federal de São João del-Rei

Resumo: Este artigo analisa o poder de fala dos entrevistados/personagens do livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex, como uma forma de identificar o lugar do testemunho da história performática enquanto lampejo e resistência à grande História, através das teorias de nomes como Georges Didi-Huberman, Giorgio Agamben e Homi Bhabha. Ao considerar as vozes dos entrevistados/personagens contidos na obra jornalístico-literária, nota-se que estes só tiveram espaço para ter sua memória construída através de um gênero institucionalizado jornalístico, editorial e socialmente, e percebe-se a relação próxima e delicada entre quem narra e quem escreve. São visitadas também teorias da comunicação que tratam o agendamento da mídia e a função de seleção e filtragem do *newsmaker* como critérios para dar voz ou não a determinados temas no espaço institucionalizado dos *mass media*, de forma a incitar a reflexão sobre quem realmente tem o poder de fala nesse processo de construção da memória e da identidade: os próprios entrevistados/personagens ou a mídia e o espaço editorial.

Palavras-chave: livro-reportagem; testemunho; memória e identidade.

Abstract: This article analyzes the speech power of interviewees/characters from Daniela Arbex's book *Holocausto Brasileiro* as a way of identifying the place of the testimony, contained in the performance history as a glimpse and resistance to the traditional History through the theories of names such as Georges Didi-Huberman, Giorgio Agamben and Homi Bhabha. When considering the voices of interviewees/characters contained in the journalistic-literary work, it is noticed that they only had space to have their memory built through an institutionalized journalistic, editorial and social genre, and one can see the close and delicate relationship between who narrates and who writes. The theories of communication are also visited, to deal with media scheduling and the newsmaker's selection and filtering function as criteria for giving voice to certain issues in the institutionalized space of the mass media, in order to incite reflection on who actually has the power of speech in this process of memory and identity construction: the interviewees/characters themselves or the media and editorial space.

Key-words: book-report; testimony; memory and identity.

Recebido em 22 de outubro de 2018.

Aprovado em 18 de dezembro de 2018.

¹ Graduada em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Especialista em Comunicação em Mídias Digitais pela Universidade Estácio. Mestranda em Teoria Literária e Crítica da Cultura pelo Programa de Pós-graduação em Letras (Promel) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), na linha de pesquisa: Literatura e Memória Cultural. E-mail: walquiria.ds@gmail.com

Introdução

Depois de receber o primeiro estímulo chocante com a fotografia de um negro nu, sentado em uma cadeira, tendo seu cabelo raspado por um homem de jaleco branco, o primeiro contato com o livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*, da jornalista mineira Daniela Arbex já revela uma questão a ser pensada. O que Eliane Brum – também jornalista, escritora e documentarista brasileira –, que assina o prefácio, diz é que o repórter luta contra o esquecimento. Ela afirma que o leitor está prestes a ter contato com um trabalho que devolve nome, história e identidade àqueles que, até então, não tinham o poder de fala, de fazer sua própria memória.

A autora do livro-reportagem chegou a entrevistar mais de cem pessoas e parte delas nunca tinha contado, até então, a sua história, principalmente os sobreviventes do hospital psiquiátrico Colônia, na cidade de Barbacena, em Minas Gerais. No próprio prefácio é admitido o fato de que a jornalista tenha salvado do esquecimento um capítulo importante da história do Brasil, uma parte que não pode ser esquecida. Entre os diversos personagens da obra, entrevistados ou apenas citados, alguns se destacam para que seja sustentada a noção de testemunho — tanto o integral, que não sobreviveu para contar a sua história e, portanto, depende desse segundo elemento que narra com o que restou de arquivo, quanto o parcial, que quase chegou ao fundo, que viveu na pele o sofrimento e que pode, de certa forma, contar.

Ao analisar o espaço de fala dessas pessoas, percebe-se que o testemunho da história, dessa parcela não contada da História do Brasil, é trazido através do suporte jornalístico-literário para se constituir enquanto um lampejo de resistência ao não-esquecimento. O lugar dessas vozes é concedido por uma instância da sociedade que promove a sua narratividade e a autentifica. A questão é: sem esse espaço narrativo, as pequenas histórias dos sujeitos envolvidos, de alguma forma, no genocídio de 60 mil pessoas no maior hospício do Brasil — pacientes/prisioneiros, funcionários, médicos, filhos — seriam ouvidas em sua condição subalterna, sem o aparato midiático e o apelo editorial? Muito provavelmente, não. O testemunho, neste caso, só ocorre pelo agendamento da mídia e seus critérios de noticiabilidade e pelo interesse investigativo de um sujeito que, socialmente, tem oportunidade de fala e é ouvido somente por ser amparado por uma instituição midiática, portanto, de poder, na figura do repórter/escritor.

1. O Lugar do Testemunho

Quem pode falar sobre o que já aconteceu? Visitando Giorgio Agamben (2008) e tomando como base sua noção de testemunho, pode-se dizer que a história só pode ser contada, primeiramente, por aquele que a viveu, atravessou até o final o evento e, portanto, pode dar testemunho disso (*superstes*). Além disso, precisamos pontuar a testemunha integral, que é a única que chegou até o fundo, mas não voltou viva para poder contar a sua experiência. Ainda existe um outro tipo de sujeito que se põe como terceiro e conta o que viu (*testis*). Mas aqui, o que nos importa mais, num momento, é o supérstite, o primeiro tipo de testemunha elencado, assim como o é Primo Lévi (1990) em *Isto é um homem?*, que narra seus tristes dias no campo de concentração nazista em Auschwitz, além do muçulmano, que carrega a impossibilidade da fala, como veremos adiante.

Para Agamben (*idem*) o sobrevivente tem a vocação da memória, de que ele não pode deixar de recordar. E, talvez, seja isso que o distingue do muçulmano, do submerso que, em Auschwitz, parece ter perdido qualquer vontade e qualquer consciência. Esse sujeito destituído de sentidos “é não só, e nem tanto, um limite entre a vida e a morte; ele marca, muito mais, o limiar entre o homem e o não-homem”. (*Idem*, p. 62). No livro-reportagem de Daniela Arbex (2013), é possível identificar esses dois tipos de testemunhas. Entre os entrevistados, conhecemos personagens como Antônio Gomes da Silva, um dos pacientes encaminhados para o hospital psiquiátrico de Barbacena por ter se tornado desempregado e alcoólatra. Esse sobrevivente dos horrores do Hospital Colônia, por exemplo, teve seu lugar de fala enquanto supérstite, sobrevivente e, como quase todos os que passam por situação semelhante, levou certo tempo para conseguir narrar os fatos e memórias, assim como a oportunidade de ser ouvido.

Aqui, o importante é diferenciar a posição do personagem/entrevistado Antônio da de Primo Lévi. O primeiro precisou da intermediação da mídia, na figura de uma repórter, para ser ouvido e ter sua identidade e memória resguardados do esquecimento. Lévi, por outro lado, agiu como uma testemunha que, por iniciativa própria, resolveu escrever e contar todas as suas experiências enquanto prisioneiro do campo de concentração nazista, mesmo que tenha dependido de um corpo editorial para ser publicado. O testemunho real e integral só foi possível por meio das palavras do próprio Lévi, enquanto o testemunho integral dos internos do Hospital Colônia passaram por duas instâncias: as pseudotestemunhas, que sobreviveram para contar — como Antônio —, e a voz da jornalista, que se interessou pelo caso, dispôs-se a investigar, a ouvir, a escrever sobre o assunto e a publicar — primeiro em uma série de reportagens no jornal *Tribuna*

de Minas e, depois, no compilado que deu vida ao livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*. A voz de Antônio, no caso, só aparece depois de uma apresentação delegada pela autora:

Antônio Gomes da Silva, sessenta e oito anos, foi um dos pacientes encaminhados para o hospital, aos vinte e cinco anos. Há poucos registros sobre o passado de Cabo, como Antônio foi apelidado. O que se conta sobre ele é que o desemprego se somou à bebedeira e ao “descontrole dos negócios”, como Antônio diz, resultando em sua prisão. Hoje, passados mais de quarenta anos do episódio, o Cabo não sabe mais o motivo pelo qual foi mandado para o Colônia pela caneta de um delegado no dia 3 de janeiro de 1969. (ARBEX, 2013, p. 31-32).

Somente após essa apresentação inicial do entrevistado/personagem, é que Arbex concede a ele um lugar de fala, fazendo uso de uma norma de redação em veículos impressos, citada por Nilson Lage (2006), que é o travessão, enquanto indicador, no início de parágrafos, como abertura de frase em diálogo e, também, o compromisso de fidelidade entre a transcrição e o original.

— Não sei por que me prenderam. Cada um fala uma coisa. Mas, depois que perdi meu emprego, tudo se descontrolou. Da cadeia, me mandaram para o hospital, onde eu ficava pelado, embora houvesse muita roupa na lavanderia. Vinha tudo num caminhão, mas acho que eles queriam economizar. No começo, incomodava ficar nu, mas com o tempo a gente se acostumava. Se existe inferno, o Colônia era esse lugar. (ARBEX, 2013, p. 32).

O personagem Antônio, enquanto pseudotestemunha, traz a “relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar” (AGAMBEN 2008, p. 147). Ele fala por quem não pode mais falar, mas, ao mesmo tempo, só pode falar e ser ouvido porque teve um espaço concedido pelo agendamento temático da instância midiático/editorial – como veremos melhor adiante. Poderíamos até falar de uma espécie de subalternidade spivakiana (2010), daquele que não pode falar e que só se faz ser ouvido através da intermediação do intelectual, do pesquisador, do investigador que detém o poder de fala e representação, nesse caso, do jornalista enquanto figura que age como filtro social da notícia.

Ao passar por vários personagens/entrevistados, entre eles funcionários, pacientes/prisioneiros e, até mesmo, médicos, chegamos ao capítulo que conta a história da “filha da menina de Oliveira”. Em uma narrativa que transita entre o jornalístico e o literário, a autora conta a história, comovente, de uma menina que descobriu ser filha de uma paciente do Hospital Colônia. O que chama a atenção, nesse caso, não é seu espaço de fala enquanto entrevistada, mas o ponto de encontro entre a revelação — feita pela

mãe adotiva, que trabalhava como auxiliar de enfermagem no hospício — e a descoberta da existência de Sueli Aparecida Rezende, uma prisioneira que não sobreviveu para dar seu próprio testemunho, portanto, uma autêntica muçulmana agambendiana.

A autora conta a história dessa personagem através dos arquivos e prontuários do próprio hospital Colônia, construindo uma narrativa na posição de um *testis*, colocando-se como terceira, como alguém que, ao ter contato com esses restos, consegue reconstituir parte de uma memória e identidade que quase foi apagada pela condição do não-ser de um sujeito submerso. Esse testemunho dado por Arbex seria uma espécie de potência, “que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante a uma possibilidade de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 147). Sua atitude de escrever essa história esquecida dá rosto, nome e pensamento a figuras que se perderam no silêncio da invisibilidade, principalmente quando se trata de seres submersos na muçulmanidade. O testemunho acaba sendo esse ato de “autor” (Idem, p. 150), que implica em uma dualidade essencial, em que uma insuficiência ou incapacidade passam a valer e se integrar.

2. O Jornalista enquanto Gatekeeper e Newsmaker

Todos os testemunhos contidos na obra de Arbex (2013) fazem parte de um processo de seleção realizado pela própria jornalista, esta seguindo seus critérios de noticiabilidade e os do próprio veículo de comunicação no qual trabalhava enquanto realizava o trabalho jornalístico-investigativo que culminaria no livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*. Aqui, vale considerar a hipótese de agendamento que a mídia faz junto ao seu receptor – o leitor, o ouvinte, o telespectador. Os meios de comunicação, afinal, “embora não sejam capazes de impor o quê pensar em relação a um determinado tema [...] são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar sobre o quê pensar e falar” (HOHLFELDT, 2001, p. 191). A ideia é justamente a de que a agenda da mídia se funde à agenda individual e, até mesmo, à agenda social.

Não é de se assustar que a hipótese do agendamento da mídia se encaixe tão bem à realidade, uma vez que, numa sociedade urbana complexa, “temos necessidade da mediação dos meios de comunicação” (Idem, 2001, p. 192). Para o autor, que elenca essa e outras teorias da comunicação, o fato é que não podemos ser testemunhas oculares de tudo. Logo, dependemos da mídia e sofremos a sua influência, uma vez que passamos a incluir em nossas preocupações certos temas que, se não fossem trazidos pelos veículos de comunicação, não teríamos conhecimento algum. Quantas pessoas, além daquelas que

viveram o terror do Hospital Colônia em Barbacena (MG), ou dos moradores locais, talvez, saberiam da história narrada por Arbex se não fosse sua publicação na mídia impressa e, posteriormente, no formato de livro-reportagem?

É fato que, além do agendamento influenciado do receptor, a própria mídia agenda a mídia: o sucesso da obra *Holocausto Brasileiro* resultou em uma repercussão duradoura do tema em outros canais de comunicação, por exemplo. Aí entra a problemática do profissional da informação como *newsmaker* e *gatekeeper*. Mauro Wolf (1999) explica que esses conceitos são alicerçados sobre a função que o jornalista tem de selecionar o que é notícia ou não e de filtrar a informação. Cria-se, então

uma lógica específica dos meios de comunicação de massa, que escapa aos ditames e interesses do receptor, que se expressam nas exigências de produção e expressão informacional, graças à criação de uma espécie de atmosfera e um conjunto de interexpectativas profissionais que predetermina o contexto de interpretação e valorização dos fatos. (HOHLFELDT, 2001, p. 206).

As convenções do trabalho jornalístico determinam, então, o que é notícia ou não, e o profissional da informação tem um papel relevante nessa seleção e filtragem, seguindo critérios de noticiabilidade. Tais conceitos têm o poder de tornar apto ou não um fato de se tornar notícia. Logo, a história narrada pelo livro-reportagem *Holocausto Brasileiro*, com todas as suas vozes de testemunho, só puderam ser “ouvidas” pelo público receptor, porque uma instituição midiática, na figura de uma repórter dotada da função de *gatekeeper* e *newsmaker*, resolveu elencar o tema como digno de ser noticiado. Sem essa mediação institucionalizada, muito provavelmente os “testemunhos do holocausto brasileiro” não teriam espaço e voz para serem reconhecidos e ouvidos. A memória e identidade dos personagens dessa narrativa não teriam sido construídas sem o suporte midiático/editorial.

De acordo com os valores-notícia elencados por HOHLFELDT (2001), a autora do livro-reportagem em questão seguiu a categoria substantiva de importância de “impacto sobre a nação e o interesse nacional”, uma vez que isso implica o grau de significação e proximidade geográfica com o receptor, além do atingimento do seu imaginário. Outro critério é o da “quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento”: quanto maior o seu número, maior a noticiabilidade. A capa da obra de Arbex, inclusive, traz exatamente esse apelo, informando ao leitor que a história prestes a ser lida é sobre o genocídio de 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Além destes, outros valores-

notícia são levados em consideração, como o de interesse humano, o de desdobramento e o de exclusividade, por exemplo.

Todo o apelo midiático também se faz evidente no próprio título da obra, que traz um termo teoricamente equivocados: “holocausto”. Pode-se dizer que também houve um apelo publicitário e essa problemática merece ser analisada mais a fundo em um outro momento, apesar de se tornar imprescindível citar a questão na discussão presente. “O infeliz termo ‘holocausto’[...] origina-se dessa inconsciente exigência de justificar a morte *sine causa*, de atribuir um sentido ao que parece não poder ter sentido” (AGAMBEN, 2008, p. 37) e até mesmo os judeus “recorrem a um eufemismo para indicar o extermínio. Trata-se do termo *shoá*, que significa ‘devastação, catástrofe’” (Idem, p. 40). No entanto, um termo tão difundido e aproveitado como o “holocausto”, questão abordada por Norman Finkelstein (2001), articula muito mais uma espécie de campanha de autopromoção por meio da imagem de vítimas, do que uma expressão desconhecida pela massa, como “shoá”. Aqui, o que “vende” mais a notícia sempre ganha.

3. A Sobrevivência do Testemunho

Passadas as considerações sobre a possibilidade de voz pelo aparato midiático, vale também ressaltar que, quem sobreviveu aos anos pesados dentro do Hospital Colônia e foi entrevistado para a redação da série de reportagens e posterior livro-reportagem de Daniela Arbex teve uma forte participação na construção de uma narrativa também sobrevivente. Essas “pequenas histórias na grande história”, que Didi-Huberman (2011) conceitua como lampejos de vaga-lumes, quase foram ofuscados pela feroz claridade dos projetores institucionalizados da sociedade, principalmente daqueles holofotes que dizem respeito à grande história, a história pedagógica que Homi Bhabha (1998) diferencia da narrativa performática de um sujeito que resiste para se fazer manter um discurso de identidade emergente suplementar — derridianamente falando.

O trabalho jornalístico-investigativo, de certa forma, vai atrás desses pequenos lampejos, e adentra em uma parcela da sociedade que tem “uma vocação antropológica para a sobrevivência” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 33): as pessoas comuns, cheias de narrativas para compartilhar, lembrar e manter vivas. Toda a realidade de um povo que está prestes a desaparecer pode vir à tona com o impulso da reportagem, do lampejo de resistência à história já institucionalizada e ensinada religiosamente nos livros de História. Todos esses sinais, pedaços, singularidades e brilhos passageiros que o filósofo aponta são vaga-lumes que só desaparecem na medida em que o espectador renuncia a segui-los.

Logo, o livro-reportagem em questão tenta, de certa forma, impedir que essa história do genocídio do maior hospício do Brasil, o Hospital Colônia, seja esquecida. A própria autora afirma que

compartilhar o sofrimento de Conceição Machado, Sueli Rezende, Silvio Savat, Sônia Maria da Costa, Luiz Pereira de Melo, Elza Maria do Carmo, Antônio Gomes da Silva e outros tantos brasileiros que resistiram ao nosso holocausto é uma maneira de manter o passado vivo. [...] O fato é que a história do Colônia é a nossa história. [...] Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante dos nossos olhos. Enquanto o silêncio acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final. (ARBEX, 2013, p. 254-255).

Assim como argumenta Didi-Huberman (2011), teriam as criaturas humanas de nossas sociedades contemporâneas, como os vaga-lumes, sido vencidas, aniquiladas, alfinetadas ou dessecadas sob a luz artificial dos projetores, sob o olho pan-óptico das câmeras de vigilância, sob a agitação mortífera das telas de televisão? Quase, se não fosse a resistência dos lampejos orquestrados pelo jornalismo investigativo, como no caso do *Holocausto Brasileiro*. Nunca os vaga-lumes foram destruídos, mas algo central no desejo de ver, de enxergar a barbaridade que acontecia dentro de um espaço que, teoricamente, serviria para tratar pacientes e não enjaular seres humanos e esperar que morressem como animais. O *Holocausto Brasileiro* é um apanhado de lampejos, histórias performáticas e resistentes, que tentam conquistar seu espaço de fala, seu direito de identidade e memória em meio a grande história — uma história pedagógica e higienizada que tentou esconder nos seus porões um genocídio de 60 mil pessoas ao longo dos anos de funcionamento do hospício. Por sorte, essas memórias-lampejos se encaixam nos valores-notícia e nos critérios de noticiabilidade midiáticos, podendo, então, fazer-se serem narradas e ouvidas.

A narrativa construída no livro, com uma colisão do outrora e do agora, traz dos sobreviventes restos do passado sombrio e de um presente cheio de cicatrizes e lembranças. Tais imagens-vaga-lumes quase desapareceram de vista — ou pela invisibilidade, ou pela morte, ou pela muçulmanidade, ou pelo fechamento do hospício, simplesmente —, mas quando reescritas em outro lugar, percebidas por outras pessoas, a sua sobrevivência passa a ser observada e compreendida, salva do esquecimento.

Apesar de a iniciativa não ter partido das próprias testemunhas, dos sobreviventes, dos verdadeiros vaga-lumes, a obra cede, de forma bastante rica e peculiar, um espaço dentro do grande projetor midiático/editorial para que seus lampejos possam ser vistos e

ouvidos. “A experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 148). O papel de transmitir uma experiência a outrem é louvável, e a figura do repórter, do investigador, do escritor, torna-se indispensável para fazer com que esses relatos de vida e de memória sejam enxergados. Todas essas experiências clandestinas, afinal, se dirigem a quem está disposto a ouvi-las, em determinado momento. Então, nada mais certo do que dizer que todas são atos políticos fundados sobre uma espécie de comunidade que resta amparada ou não por um suporte historicamente institucionalizado, como o trabalho jornalístico.

Considerações Finais

Quando nos tornamos vaga-lumes, conforme acredita Didi-Huberman, formamos uma comunidade de lampejos emitidos e pensamentos a transmitir. Se vamos ser vistos ou não, dependerá muito da nossa posição enquanto sujeitos e do interesse alheio no espaço em que nos encontramos. Quando pequenos lampejos surgem de forma que se transformem em um quebra-cabeça de luzes, montado para denunciar um grande genocídio, até então ocultado da grande História, por exemplo, a situação muda um pouco. Seria possível toda essa narrativa performática de *Holocausto Brasileiro* se não fosse o aparato e a mediação jornalístico/midiática da repórter Daniela Arbex? Sem o agendamento da mídia e a ação do *newsmaker* que segue os critérios de noticiabilidade impostos pelos valores-notícia, os testemunhos da história narrada pelo livro-reportagem teriam voz? Sem todo o trabalho de pesquisa, entrevistas, um verdadeiro garimpo de vaga-lumes, a história do hospício de Barbacena (MG) seria conhecida e absorvida pela sociedade da forma que foi aceita através do livro-reportagem de Daniela Arbex?

Certamente, as histórias pontuais de cada paciente interno, de cada funcionário, de cada médico, de cada pessoa que esteve de certa forma envolvida com o Hospital Colônia, não passariam, realmente, de pequenos lampejos desinstitucionalizados, simples casos de cidade interiorana, presos entre algumas poucas paredes, entre poucos sujeitos, dentro de escassas memórias, restos ameaçados de se perderem com o tempo.

Não cabe, aqui, julgar a instituição midiática enquanto heroína – por dar espaço e voz aos personagens de determinada história – ou vilã, haja vista suas frias estratégias de filtragem e seleção dos fatos, como apontam as hipóteses do *newsmaking* e *agenda setting*, esboçadas nas teorias da comunicação. O que se coloca como questão é o lugar do testemunho em meio a esse jogo de forças, de interesses e espaço de fala. É inegável

o papel do jornalismo enquanto facilitador da construção de identidade e de memórias, sejam elas de uma pequena cidade do interior ou de toda uma sociedade.

Todo o aparato teórico apresentado aqui se faz pertinente para pensarmos o papel da mídia nessa construção de memória e identidade, e também para refletirmos sobre quem realmente tem o poder de fala – seria mesmo o entrevistado, o personagem? Classificados como pequenos lampejos à grande História, são esses sujeitos empoderados ou somente peças necessárias para a manutenção e para o funcionamento da grande máquina dos *mass media*? Como pontua Spivak (2010), os subalternos só têm poder de fala quando a figura do intelectual a media. É evidente a semelhança da situação do livro-reportagem em questão e a ideia da teórica. É mais evidente ainda a necessidade de continuar a analisar e debater tais situações e toda a problemática que envolve a construção da memória, o lugar do testemunho e o agendamento social-midiático-individual na nossa sociedade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FINKELSTEIN, Norman G. *A Indústria do Holocausto*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA Vera Veiga (Orgs). *Teorias da Comunicação*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 2006.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.